

A Escola de Correios e Telégrafos: apontamentos

Diploma do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, autenticado com selo branco, atribuído a Humberto Júlio da Cunha Serrão, eminente funcionário dos Correios e Telégrafos, responsável pelo Serviço Postal de Campanha do Corpo Expedicionário Português, durante a Grande Guerra. O diploma enumera o conjunto de disciplinas obrigatórias de acordo com o Regulamento daquele Instituto de 9 de Julho de 1903. Arquivo histórico da FPC.

A formação profissional do pessoal dos correios foi sempre uma exigência no contexto desta actividade. Se a educação formal era condição *sine qua non* para a entrada no exercício desta profissão desde o princípio do século XIX, como o testemunham inúmeros documentos existentes no Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações, esta necessidade veio a agudizar-se com a introdução do telégrafo eléctrico em 1855 e com as reformas fontistas que visavam o *aggiornamento* da sociedade portuguesa, aos mais diversos níveis, com particular ênfase nas infra-estruturas técnicas das comunicações – estradas, caminhos-de-ferro, telégrafo.

Iremos procurar traçar, em breves notas, a evolução da preparação técnico-cultural dos funcionários desde a sua institucionalização até ao fim de período republicano e suas repercussões no período inicial da Ditadura Militar/Estado Novo.

Se os primórdios da introdução do telégrafo eléctrico, aberto ao serviço público em 1857, constituiu um sucesso, conhecendo uma extraordinária expansão durante as décadas que se lhe seguiram, já as condições técnicas de fornecimento do serviço eram, por vezes, deploráveis, pelo mau estado do equipamento e, sobretudo, pela falta de preparação do pessoal.

José Vitorino Damásio, nomeado em 1864 como director-geral interino dos Telégrafos do Reino, vem denunciar esta situação e propor medidas de exigência nas habilitações de entrada na profissão, nomeadamente o domínio de línguas estrangeiras e de ciências físico-matemáticas, além de reconhecida aptidão na prática da telegrafia.

Mas o verdadeiro salto qualitativo dá-se, na sequência da fusão dos serviços de correios e telégrafos (1880), com o contributo decisivo de Paulo Benjamim Cabral para a criação de um Curso Prático

de Correios, Telégrafos e Faróis, na dependência da Direcção-Geral. Com a reforma dos Institutos Industriais promovida pelo ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Emídio Navarro, o Curso de Telégrafos passa a ser leccionado nos Institutos Industriais de Lisboa e Porto até 1891, sob os auspícios de Benjamim Cabral, eminente professor daquela Escola em Lisboa.

Data de 1892 o decreto regulamentar das Escolas Elementares de Telegrafia, existentes junto das Centrais de Lisboa e Porto, ficando reservado ao ensino avançado do funcionamento dos aparelhos e sua construção o Curso de Física Industrial, em paralelo com o Curso Técnico de Telégrafos, ambos a funcionar no Instituto Comercial e Industrial de Lisboa, sob a supervisão do mesmo Benjamim Cabral que os concebeu, que só será afastado na sequência do 5 de Outubro. As suas instalações situavam-se no antigo Paço da Madeira, na Rua da Boavista números 79 a 83, curiosamente ou não, muito perto da sede da Fundação, que se localiza na Rua do Instituto Industrial. Naquele local viria a instalar-se o Instituto Superior Técnico, criado pelas reformas republicanas de 1911, sob inspiração da distinta figura de Alfredo Bensaúde.

A instrução profissional e técnica para serviço dos correios, telégrafos e telefones conheceu, aliás, com a legislação do período republicano, uma consolidação e enriquecimento notáveis.

No contexto do decreto com força de lei de 24 de Maio de 1911 que determinou a autonomia administrativa e financeira da Administração-Geral dos Correios e Telégrafos, sob a tutela directa do ministro do Fomento, Brito Camacho, foi reformulado o ensino profissional cuja criação datava da reforma orgânica dos serviços de 1892 e cujo principal mentor tinha sido Paulo Benjamim Cabral. A organização dos serviços de correios e telégrafos de 1901 já tinha aprofundado esta vertente técnico-profissional e, em 1911,

Instituto Industrial e Commercial de Lisboa

ANTONIO MARIA DE AVELLAR, Engenheiro Civil, Director e Lente de Construcções Civis do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa.

Fica estabelecido em nome e em Conselho Real, que Henrique JACOBO da Cunha Sena, natural de Coimbra, filho de EUGENIO MARTINS GARCIA da Cunha Sena, foi, como alumnus, admittido a este Instituto, approvado nos seguintes exames, que, segundo o Regulamento approved por decreto de 9 de Julho de 1903, constituem o Curso dos Telegraphos:

Algebra, Geometria no espaço, Trigonometria rectilinea, em 19 de Junho de 1904, obtendo 88 valores, qualificando-se bem.
Physica experimental, em 4 de Maio de 1904, obtendo 85 valores, qualificando-se bem.
Desenho rigoroso, em 12 de Junho de 1904, obtendo 84 valores, qualificando-se muito bem.
Lingua inglesa, primeira parte, respondendo por media, parte a segunda, zero.
Algebra superior, Geometria analytica, Calculo infinitesimal, em 8 de Junho de 1907, obtendo 82 valores, qualificando-se muito bem.
Mecanica, em 12 de Junho de 1907, obtendo 81 valores, qualificando-se muito bem.
Physica industrial, em 19 de Junho de 1907, obtendo 80 valores, qualificando-se muito bem.
Electrotechnica, primeira parte, obtendo 78 valores, e segunda parte, obtendo 77 valores, qualificando-se muito bem.
Lingua inglesa, segunda parte, em 19 de Junho de 1907, obtendo 77 valores, qualificando-se muito bem.
Topographia, em 12 de Junho de 1908, obtendo 85 valores, qualificando-se muito bem.
Materiaes de construcção, Resistencia de materiaes, Resistencia applicada, em 19 de Junho de 1908, obtendo 82 valores, qualificando-se bem.
Electrotechnica, segunda parte, obtemdo 81 valores, qualificando-se bem.
Desenho topographico, em 11 de Junho de 1908, obtendo 81 valores, qualificando-se bem.

Valor medio de todos os exames finais: 13,8

Obteve:

— no anno lectivo de 1903-1904: mencião honrifica nas cadeiras de *Algebra, Geometria no espaço, Trigonometria rectilinea, e de Physica experimental*;
 — no anno lectivo de 1907-1908: mencião honrifica e premio premiação *Rancho de Cavallito* nas cadeiras de *Electrotechnica, segunda parte, Telegraphos e Topographia*; e mencião honrifica nas cadeiras de *Materiaes de construcção, Resistencia de materiaes, Resistencia applicada, e de Desenho topographico*.

Pelo que, promittendo todas as cadeiras do Curso dos Telegraphos, e tendo feito o respectivo processo, em que obteve a qualificacão de bom, lhe mandei passar a presente carta, que vai por mim assignada, subscripta pelo Official tendo as vizes de Secretario, e firmada com o selo d'este Instituto.

Secretario do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, 30 de Junho de 1908.

O Director

Antonio Maria de Avellar

Assistentes do Instituto

Henrique J. da Cunha Sena

O Official

Official

Henrique J. da Cunha Sena

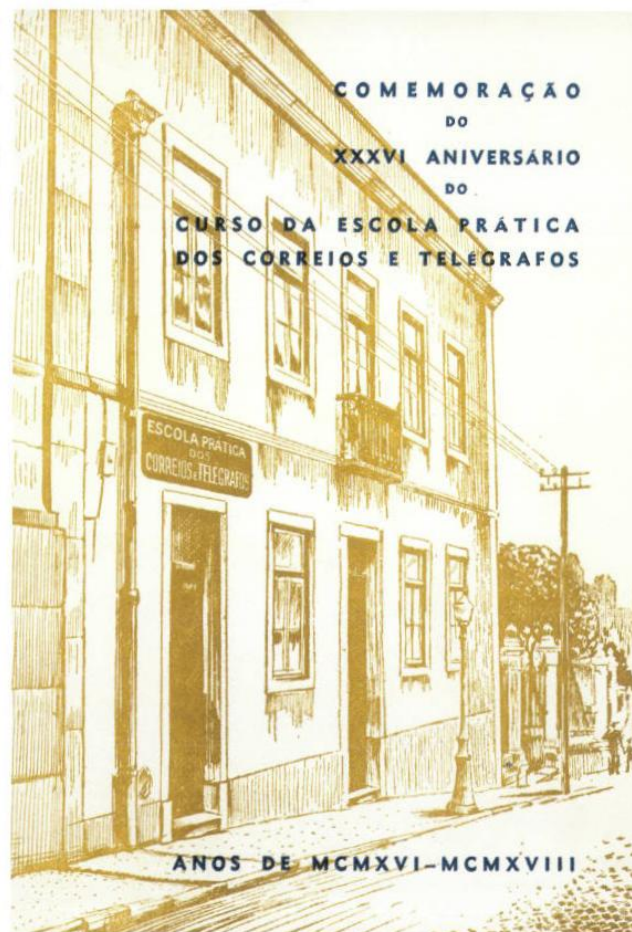


Imagem da Escola Prática de Correios e Telégrafos no anos lectivos de 1916/18, desenho à pena de Carlos Fernandes, Arquivo Histórico da FPC. 
Terreiro do Paço, em Lisboa - Planta da sobre-loja da central telegráfica com a localização da Escola Elementar de Telegrafia, Arquivo Iconográfico da FPC. 

é-lhe atribuída uma vocação estritamente relacionada com a execução dos serviços e o controlo e correcção de avarias. Surge, então, a Escola Prática de Correios e Telégrafos, sob a tutela directa da Administração-Geral, onde se ministravam conhecimentos sobre o uso e modo de funcionamento dos aparelhos telegráficos mais usuais, de Sistema Morse, dos aparelhos especiais, de Sistema Hughes, e, ainda, a teoria e a prática da telegrafia sem fios (TSF) e da telegrafia submarina. Esta escola tinha sede em Lisboa e era dada preferência, na admissão, aos filhos dos empregados telegrafo-postais.

A este nível elementar seguia-se um nível secundário, que continuava a ser ministrado nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto, cujo acesso era permitido aos funcionários com um mínimo de cinco anos de serviço, aos quais estava destinada uma parte das vagas, sendo isentos do exame de admissão a que se sujeitavam os restantes candidatos.

Este decreto foi regulamentado em 13 de Janeiro de 1912, sendo



assinado por José Estevão de Vasconcelos. Preparava os quadros para lugares de encarregados de estações e telefonistas (nível elementar) e para aspirantes de correios e telégrafos (curso de 2º grau). Era exigido aos candidatos ao curso do 2º grau, além das noções práticas de telegrafia eléctrica, familiaridade com instalações telegráficas e telefónicas usuais, conhecimento de avarias em linhas e estações e procedimentos para as resolver, legislação postal e telegráfica e geografia postal (vias de comunicação terrestres e marítimas e rede telegráfica submarina). Os cursos tinham a duração de um e dois anos, respectivamente. O do 1º grau implicava um tirocínio (estágio) de quatro meses distribuídos por uma estação telegráfica ou telefónica e por permanência de um mês na Central de Correios de Lisboa.

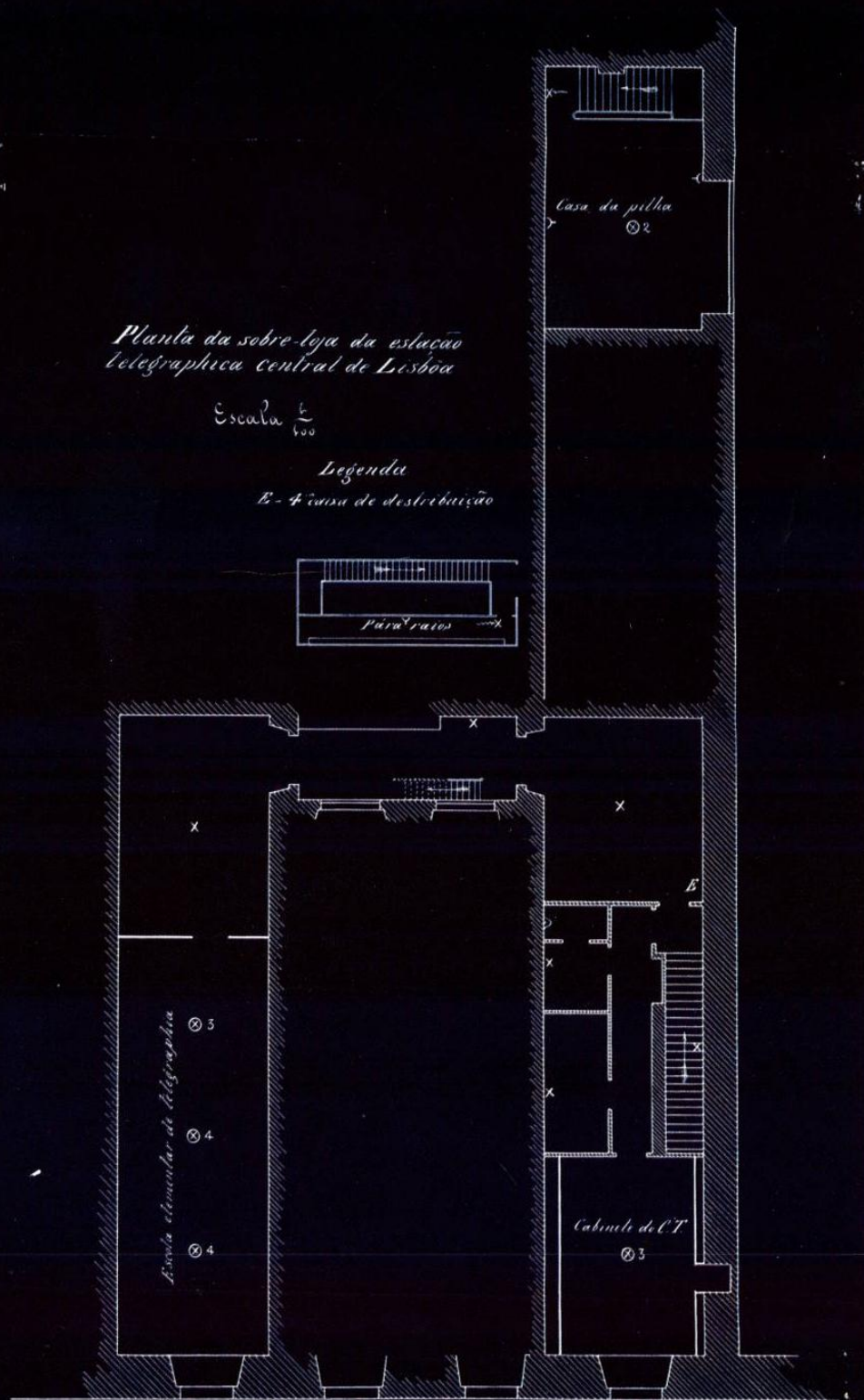
Nos cursos do 2º grau, além dos vinte candidatos habilitados com o curso elementar, estavam reservadas seis vagas para alunos da Casa Pia que tivessem o diploma do 5º ano dos Liceus ou equivalente, com exame de inglês.

*Planta da sobre-loja da estação
telegraphica central de Lisboa*

Escala $\frac{1}{100}$

Legenda

E - Fiação de distribuição



Frente para a Praça do Commercio



Joaquim Correia



José Seabra Cascão



Fausto de M. Lameiras Fernandes



José de Oliveira



Domingos C. S. Garcês



Alípio R. do Amaral



Sebastião de Assunção



Manuel L. da Graça Baptista



Cândido F. de Ataíde e Melo



Jorge N. de Moura Jor.



Arnaldo da Silva Dias



José A. de Melo Cabral



Carlos Pereira da Silva



João Alves Leite



João da Silva Cruz



Adelino dos Santos



Manuel A. Teixeira Passetti



Manuel dos Santos Mourão



Antônio Candeias Taborda



Antônio Ribeiro Falcão



Eduardo A. Carreño Botelho



Hilário A. S. de Madureira Osório



Hamilton L. Pelejo Marques



Armando Ataíde Fonseca

- AAVV – *Comemorações do XXXVI Aniversário do Curso que frequentou a Escola Prática dos Correios e Telégrafos nos anos lectivos de 1916-1918*. Lisboa, 1954
- LOPES, Paula – «Memórias do mundo industrial», in *Códice*, 1ª Série, n.º 5, 1º semestre. Lisboa: FPC, 2000
- Portugal. *Colecção oficial de Legislação Portuguesa*: Ano de 1911. Lisboa: Imprensa Nacional, 1912
- Portugal. *Colecção oficial de Legislação Portuguesa*: Ano de 1912. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913
- Portugal. *Colecção oficial de Legislação Portuguesa*: Ano de 1919. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920
- SERRÃO, Humberto Júlio Cunha – O que eu vi em 50 anos. Palestra Profissional n.º 36. Lisboa: Serviços Culturais dos CTT, 1948
- VARÃO, Isabel – «Progresso técnico e telegrafia eléctrica, 1880-1910», in *Códice*, 1ª Série, n.º 5, 1º semestre. Lisboa: FPC, 2000

- <http://reocities.com/Athens/froy/4285/ensino29.html>. [Consulta em 10.10.25]
- <http://sisifo.fpec.ul.pt> [Consulta em 10.10.25]

✓ *Alunos da Escola Prática dos Correios e Telégrafos (1916/18) ao serviço ainda em 1954. Arquivo Histórico da FPC.*

O exame final constava de prova escrita e oral sendo a segunda prestada perante um júri que integrava dois elementos indicados pela Administração-Geral.

O importante Decreto 5786 de 10 de Maio de 1919, que reestruturou a organização dos Correios, Telégrafos, Telefones e Indústrias Eléctricas, irá suscitar novos aperfeiçoamentos no âmbito do ensino profissional. Neste instrumento legal regulava-se a existência de três graus na formação: elementar, complementar e superior; descentralizava-se, com a abertura no Porto de uma segunda Escola de Correios e Telégrafos (designação que veio substituir a de Escola Prática); estendia-se a formação a pessoal do sexo feminino para lugares de ajudantes e telefonistas. Os cursos superiores, engenharia electrotécnica e electrotecnia, seriam leccionados no Instituto Superior Técnico e nos Institutos Industriais. Este diploma previa, ainda, mecanismos de ascensão na carreira aos funcionários do chamado «pessoal menor» que tivessem adquirido o 5º ano dos Liceus ou equivalente, sem limite de idade, permitindo-lhes a inscrição no Curso Elementar da Escola. A complementaridade de formação no estrangeiro, por concurso bianual, para dois primeiros oficiais do quadro do pessoal da Administração-Geral, estava igualmente prevista.

No que respeita às Colónias conhece-se a existência de uma Escola de Correios e Telégrafos de Angola, de nível elementar, com objectivos semelhantes aos das Escolas mencionadas, que foi regulamentada (9 de Setembro de 1913) em novos moldes na sequência da implantação da República. Conhecendo alguns percalços vem,

contudo, a ser reactivada pela «Organização dos serviços dos Correios e Telégrafos da Colónia de Angola», aprovada em 12 de Fevereiro de 1931 e regulamentada em 9 de Novembro de 1933, com sede em Luanda. O curso secundário subsequente seria ministrado em Lisboa.

O programa republicano de reforço da instrução a todos os níveis da sociedade contribuiu, particularmente no sector dos correios, telégrafos e telefones, para uma profissionalização crescente e um claro reforço da competência técnica do pessoal com repercussões nos desenvolvimentos posteriores.

Uma plêiade de engenheiros e pessoal técnico preparado por estas Escolas, incluindo o Instituto Superior Técnico, estarão na base do desenvolvimento do sector das comunicações e, em particular, das telecomunicações a partir dos anos 30 do século passado, permitindo que o País se furtasse às consequências do bloqueio provocado quer pela Guerra Civil Espanhola quer pela II Guerra Mundial, mantendo um elevado nível de penetração no território continental, nas ilhas atlânticas e, inclusive, nos territórios coloniais. A inserção e contribuições relevantes para os *fora* internacionais de correio, telegrafia, telefonia e radiocomunicações, congressos, conferências, UPU, UIT, radicam, do mesmo modo, num esforço de constante actualização e melhoria dos serviços. Esta tradição de exigência explica, igualmente, uma ligação muito particular deste sector de actividade ao ensino universitário que, ainda hoje, justifica muito do seu vanguardismo no contexto económico nacional.